

DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2015 A RESISTÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019 NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)

Ana Lúcia Cunha Duarte – UEMA
anaduarte5621@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No início de abril de 2016, foi realizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em Brasília, um seminário que teve como objetivo estabelecer diálogo com Instituições de Educação Superior a respeito da implementação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. No seminário em questão, estavam presentes a diretora do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e a diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino de Graduação, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A partir das discussões da programação do seminário, promovido pelo CNE, as professoras começaram a delinear as primeiras ideias da criação de um fórum que envolvesse as instituições públicas formadoras de professores e as Secretarias de Educação que recebem os estudantes nos estágios supervisionados e os egressos licenciados dos cursos de licenciatura como professores da Educação Básica no Maranhão. Chegando em São Luís, as professoras da UEMA e UFMA convidaram a professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), para organizarem a criação do Fórum Interinstitucional das Licenciaturas do Maranhão e assim foi dado início ao referido Fórum em 2016.

O primeiro passo dado foi o estabelecimento de diálogo entre UFMA, UEMA, IFMA, Secretarias de Educação Estadual (SEDUC) e Secretaria de Educação Municipal (SEMED), para a criação desse Fórum com o objetivo de discutir a implementação das novas diretrizes curriculares nacionais para formação de professores. Os representantes das três IES e das duas secretarias em reunião levantaram os principais temas para serem abordados e discutidos no seminário. A pauta da reunião foi longa, pois foi decidido

sobre: temática, parcerias, comissões, objetivos e estrutura da programação do evento, sendo um encontro realizado pela comissão de cada uma das instituições, que se deu de forma produtiva e objetiva.

2 DESENVOLVIMENTO

Instituições públicas de ensino e órgãos de educação do Maranhão realizaram I Fórum Interinstitucional das Licenciaturas do Maranhão, no período de 13 a 15 de junho de 2016, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com discussões acerca da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores nas Instituições de Educação Superior Públicas em diálogo com a Educação Básica.

A partir disso, foi formada uma parceria inédita entre as Instituições de Educação Superior Públicas (IPES) e as secretarias de educação estadual e municipal de São Luís para a criação do Fórum Interinstitucional das Licenciaturas do Maranhão (FILMA).

Para a representante da UEMA, o momento foi realmente histórico, por reunir instituições tão importantes em torno das discussões feitas no Seminário. A representante sublinhou que a UEMA percorre, há anos, o trajeto da formação docente para a Educação Básica, com os cursos presenciais, cursos na modalidade a distância (EaD) e com programas especiais de formação de professores. A UEMA está, no momento, buscando estratégias para fortalecer ainda mais esse caminhar, pois compreende que essa é uma importante contribuição para a construção de uma sociedade mais ética e solidária.

O público do I FILMA foi de aproximadamente 700 pessoas, sendo composto por diretores de curso e chefes de departamentos de Instituições de Educação Superior (IES), professores da Educação Básica, gestores escolares, técnicos administrativos de educação e acadêmicos de cursos de licenciatura. A programação contou com mesas de debate e palestras de pesquisadores de todo o estado, realizadas no Centro Pedagógico Paulo Freire, campus da UFMA.

A palestra inicial foi proferida pelo prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado, relator das DCN de nº 02/2015, no CNE. A temática central do evento “As Licenciaturas das Instituições Públicas do Maranhão: o cenário atual frente às novas Diretrizes – o papel da Prática como Componente Curricular na Formação de Professores à luz das Novas Diretrizes”. O Fórum promoveu reflexões sobre a formação inicial de professores para o

Maranhão a partir das alterações nos projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura e a atuação dos professores da Educação Básica.

Também foram debatidas temáticas como: cenário das licenciaturas nas instituições públicas do Maranhão; papel da prática como componente curricular na formação de professores; estado atual e perspectivas da formação docente na modalidade de educação a distância nas instituições públicas no Maranhão; perfil do egresso das licenciaturas e as necessidades da escola pública.

O II FILMA aconteceu nos dias 7 e 9 de novembro de 2017, no Auditório do Centro Paulo Freire, no campus da UFMA, no Bacanga, em São Luís. O evento debateu sobre o Estágio Supervisionado e Práticas Curriculares nos cursos de licenciatura. Nesta edição, o Fórum teve como objetivo analisar as realidades, perspectivas e desafios do estágio curricular nos cursos de licenciatura.

A cerimônia de abertura do II Fórum Interinstitucional das Licenciaturas, em 2017, contou com a presença da Pró-Reitora de Ensino da UFMA; da Pró-Reitora de Graduação da UEMA; da Pró-Reitora de Ensino do IFMA; Secretária Adjunta de Gestão das Unidades Regionais de Educação do Estado e da Secretária Adjunta de Ensino Municipal de São Luís, coordenadores, chefes de departamento, professores e estudantes.

A palestra de abertura “O estágio nos cursos de licenciatura das instituições públicas: realidades, perspectivas e desafios”, foi proferida pela professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Magali Aparecida Silvestre (USP). O Fórum permaneceu até 2018. Com as mudanças na gestão superior da UEMA, UFMA e IFMA, os ocupantes dos cargos nas IES não deram continuidade e, por isso, estamos nos mobilizando para retornar à organização do Fórum.

“As IES abraçaram a causa da educação”, afirmou o Reitor do IFMA. “A nossa responsabilidade aumenta”, avaliou. “O momento agora é de dar um encaminhamento para as grandes questões nas licenciaturas, onde há um grande déficit de professores”. O Fórum é importante e as suas ações fortalecerão as instituições que fazem educação, ao abrir a consciência do povo e formar cidadãos. As instituições já vinham se reunindo há três anos, quando foram organizados dois seminários interinstitucionais. É primordial essa formalização e essa aproximação das instituições para o fortalecimento da formação docente na licenciatura.

Em 2020, a UEMA instituiu uma Comissão para analisar a implementação das Resoluções CNE/CP nº 2 de 2019 nos cursos de licenciatura. A Comissão foi composta por 10 (dez) professoras, tendo representantes do campus Paulo VI, campi do continente e UEMASUL. O parecer da Comissão foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA) com a decisão de não implementação da BNC-Formação.

3 CONCLUSÕES

Diante dos desafios acadêmicos impostos às universidades na manutenção das suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão durante a situação de emergência sanitária global provocada pela pandemia da Covid-19, solicitamos ao Conselho de Educação do Maranhão, reconhecendo seu importante papel na formulação de políticas educacionais, que atue junto ao Ministério da Educação, para que o período de transição estipulado para implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BNC-Formação) seja prorrogado, tendo em vista que a UEMA e UEMASUL atualizaram os Projetos Pedagógicos com a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que estende o prazo para três anos, a partir da publicação da Resolução CNE/CP nº 2/2019. A referida Resolução foi republicada por ter saído com incorreção no DOU de 10-2-2020, seção 1, páginas 87-90, incorporando as correções aprovadas na Sessão Extraordinária do Conselho Pleno, realizada no dia 11 de março de 2020.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília-DF, n. 124, p. 8-12, 2 de julho de 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília-DF, p. 46-49, 15 de abril de 2020.

